



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
HOSPITAL DAS CLÍNICAS  
UNIDADE DE LICITAÇÃO**

Senhor licitante,

A comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório que não afetem a formulação das propostas, quaisquer esclarecimentos e respostas às impugnações, serão efetuadas por meio do sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>.

Recife, 05 de março de 2015.

**Frederico Jorge Ribeiro  
Diretor Superintendente  
Siape 1134801**

<b>PREGOEIRO LUCIANA ALCOFORADO DE OLIVEIRA</b>	<b>SIAPE 1783854</b>
---	--------------------------

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
HOSPITAL DAS CLÍNICAS  
UNIDADE DE LICITAÇÃO**

**Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015** destinado a selecionar propostas para Registro de Preços, visando à aquisição de **Órteses e Próteses** para o Hospital das Clínicas da UFPE, conforme processo administrativo nº **23076.059941/2014-85**.

A Universidade Federal de Pernambuco torna público que às **9h, horário de Brasília, de 24 de março de 2015**, no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>, o Pregoeiro do Hospital das Clínicas designado pela Portaria nº 2081 de 06 de maio de 2014, do Magnífico Reitor, estará promovendo

**Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário, por lote e por item, obtido a partir do maior desconto aplicado sobre a tabela do SUS.**

o qual obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, Decreto nº 7.767 de 27 de junho de 2012, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto 8.250 de 23 de maio de 2014, Instrução Normativa SLTI-MPOG Nº 2 de 11/10/2010, com as alterações das Instruções Normativas SLTI-MPOG nº 1, de 10/02/2012, SLTI-MPOG nº 5, de 18/06/2012 e SLTI-MPOG nº 04, de 15/10/2013, Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 3, de 16/12/2011, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 6.204 de 5/9/2007, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

**Encaminhamento da proposta de preços**

*(exclusivamente por meio do sistema eletrônico):*

a partir da data de liberação do edital no sítio COMPRASNET, que ocorrerá simultaneamente à publicação do aviso licitatório no Diário Oficial da União, até o horário limite de início da sessão pública acima estabelecido.

**1. OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** Selecionar propostas para Registro de Preços, visando à aquisição de **Órteses e Próteses**, para atender o Hospital das Clínicas da UFPE, compreendendo **06 (seis) lotes e 02 (itens)**, nos quantitativos e especificações constantes do **anexo I** deste Edital;

**1.2.** Validade da proposta: mínimo de **90 (noventa)** dias corridos a partir da abertura deste Pregão Eletrônico;

**2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade relacionado ao objeto licitado, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as condições expressas no presente Edital e em seus anexos;

**2.2.** A empresa participante deverá estar credenciada no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do **item 3**, e responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

**2.3.** Em relação aos **itens 132 e 133** a participação é exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014).

**2.3.1.** Os **lotes 1 a 6** são destinados a ampla participação.

**2.4.** Não será admitida a participação de empresa:

- a) em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) temporariamente suspensa de participar de licitação ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que ainda não tenha logrado reabilitação (cf. Decisão nº 52/00 – TCU – Plenário, D.O.U. De 12.03.1999, e Acórdão TCU nº 2218/2011-1ª Câmara, TC-025.430/2009-5);
- c) que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) que não tenha sede no País;
- e) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

**2.5.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte que desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006 devem declarar atendimento aos requisitos do art. 3º da referida lei, mediante opção em campo próprio do sistema eletrônico, quando da inserção da proposta eletrônica;

**2.5.1.** nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**2.5.2** nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” , apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte.

**2.6.** O licitante que deseja participar do certame com os benefícios do Decreto n.º 7.767/2012, deverá por meio do sistema eletrônico declarar que o produto atende ao **Processo Produtivo Básico** ou à **Regra de Origem**. Será aplicada a margem de preferência de **15% para todos os itens** constante as especificações no **Anexo I**.

**2.7.** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (*art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);
- b) não existem fatos supervenientes impeditivos à habilitação (*art. 32 § 2º, “in fine”, da Lei 8.666/93*); e
- c) não possui em seu quadro de pessoal (empregados), menores (*art 7º, XXXIII, da CF/88*).
- d) declara a elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009..

**2.6.1.** As **restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal** não constituem impedimentos de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de **licitantes qualificados como ME ou EPP**, observado o disposto no **subitem 7.11**.

### 3. CREDENCIAMENTO

**3.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/> link: credenciamento (*art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.2.** O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (*art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (*art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (*art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005*).

### 4. PROPOSTA ELETRÔNICA

**4.1.** Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com os dados indicados no **subitem 4.2**, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á,

automaticamente, a fase de recebimento das propostas (*art. 21 do Decreto nº 5.450/2005*);

**4.1.1.** O licitante não deve encaminhar proposta eletrônica caso ocorra o previsto no **subitem 5.4.**

**4.2.** A proposta eletrônica conterà, sob pena de desclassificação, a descrição do material ofertado em conformidade com o **anexo I** deste edital, que deverá ser informada no campo destinado à “descrição detalhada do objeto ofertado”; além da marca, fabricante e preços unitário e total, nos respectivos campos;

**4.3.** Na proposta eletrônica é vedada a identificação do licitante.

**4.4.** Serão desclassificadas as propostas eletrônicas que:

**a)** não apresentem dados conforme exigido no **subitem 4.2;**

**b)** apresentarem qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamento subsidiados ou a fundo perdido.

**4.5.** Com vistas à aplicação da Margem de Preferência, o licitante declarará durante a fase de credenciamento de propostas, em campo próprio no sistema eletrônico, se o produto atende ao Processo Produtivo Básico ou à Regra de Origem.

**4.6.** Fazem jus à aplicação da Margem de Preferência:

**a)** Os produtos médicos, manufaturados nacionais, cujo Processo Produtivo Básico tenham sido aprovados nos termos do Decreto Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 ou da Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991.

**b)** Caso não haja o Processo Produtivo Básico, será aplicada a margem de preferência para os produtos médicos, manufaturados nacionais, conforme Regra de Origem estabelecida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**4.7.** O licitante deve obrigatoriamente cotar todos os itens do lote. Em relação aos **itens 132 e 133** é facultado ao licitante cotar apenas o(s) item(ns) que tenha interesse, tendo em vista o tipo de licitação: **menor preço unitário, por lote e item;**

**4.8.** O envio da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

**4.9.** Até o horário limite do início da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (*art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*);

## **5. SESSÃO PÚBLICA / CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS**

**5.1.** A partir do horário indicado no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro (*art. 22 do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.2.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (*art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.3.** A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (*art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**5.4.** Caso a descrição editalícia divirja da contida com a contida no sistema eletrônico, o(s) item(ns) será(ao) cancelado(s) pelo pregoeiro.

## **6. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**6.1.** Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento e do valor consignado no registro (*art. 24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.2.** Apenas os licitantes que tiverem suas propostas eletrônicas classificadas poderão formular lances;

**6.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital (*art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.4.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (*art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.5.** O sistema eletrônico registrará lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

**6.6.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (*art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.7.** Na fase de lances, embora a classificação final seja pelo valor global, a disputa será por item. A cada lance ofertado (por item), o sistema eletrônico atualizará automaticamente o valor global do grupo sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o **menor valor global do lote**;

**6.7.1** Na fase de lances para os itens **132 e 133** a disputa será por item.

**6.8.** Caso o pregoeiro entenda que houve equívoco, por parte do licitante, quando do envio do lance, promoverá a exclusão do referido lance, que poderá ser ratificado, se for o caso;

**6.9.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um e sessenta minutos;

**6.10.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (*art. 24, §§ 6º e 7º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.11.** A margem de preferência disposta no art. 1º do Decreto nº 7.767/2012 será aplicada para classificação das propostas após a fase de lance (Inciso I do art. 4º do Decreto 7.767/2012).

**6.12.** A margem de preferência de que trata o art. 1º do Decreto nº 7.767/2012, será calculada sobre o menor preço ofertado para o produto manufaturado estrangeiro, mediante a seguinte fórmula (Anexo III do Decreto nº 7.767/2012):

$PM = PE \times (1 + M)$ , sendo:

PM = preço com margem

PE = menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro

M = margem de preferência em percentual, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 7.767/2012 e no edital.

**a)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado menor que PE sempre que o seu valor for igual ou inferior a PM;

**b)** O preço ofertado de produto manufaturado nacional será considerado maior que PE sempre que o seu valor for superior a PM.

**6.13.** A aplicação da Margem de Preferência não excluirá o direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte (*art. 4º §5º do Decreto nº 7.767/2012*);

**6.14.** Não será aplicada a Margem de Preferência caso o preço mais baixo ofertado seja de produto manufaturado nacional (*art. 4º § 1º do Decreto nº 7.767/2012*);

**6.15.** O produto que não atender ao Processo Produtivo Básico ou à regra de origem, ou cujo licitante não apresentar tempestivamente o documento comprobatório, será considerado como produto manufaturado estrangeiro. Caso o licitante da proposta classificada em primeiro lugar seja inabilitado, ou deixe de entregar o documento comprobatório, deverá ser realizada a reclassificação das propostas, para fins de aplicação da margem de preferência (*art. 2º, §5º, e art. 4º, § 2º do Decreto nº 7.767/2012*);

**6.16.** A aplicação da margem de preferência ficará condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993 (*art. 4º, §6º do Decreto nº 7.767/2012*);

**6.17.** A aplicação da margem de preferência não excluirá a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances prevista no § 8º do art. 24 do Decreto nº 5.450/2005 (*art. 4º, § 4º do Decreto nº*

7.767/2012);

**6.18.** Em relação aos **lotes 1 a 6** destinados a ampla participação, encerrada a fase de lances, **se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP**, o sistema eletrônico identificará as **ME** e **EPP** participantes para proceder à comparação entre os valores da primeira colocada e das demais **ME/EPP**, na ordem de classificação;

**6.19.1.** Ocorrerá **empate** quando as propostas apresentadas pelas **ME/EPP** forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

**6.19.2.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **ME/EPP**, que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 6.19.1**, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**6.19.3.** A **ME/EPP** com proposta melhor classificada tem o direito de, no prazo de **5 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, encaminhar última oferta, obrigatoriamente inferior àquela considerada primeira colocada, para o desempate, sob pena de preclusão. Na falta de manifestação ou desistência, o Sistema convocará as demais **ME/EPPs**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.18.** Não ocorrendo a hipótese prevista no **subitem 6.19** acima, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**6.20.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (*art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.21.** Após o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro consultará os demais licitantes se desejam reduzir seus preços ao valor (negociado) da proposta do licitante mais bem classificado para a formação do cadastro de reserva (*Caput do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013*).

**6.22.** A consulta a que se refere o **subitem 6.21** será realizada via chat pelo COMPRASNET.

**6.23.** Será informada em sessão pública a lista dos participantes que formarão o cadastro de reserva.

**6.24.** A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado (*Parágrafo único do art.10 do Decreto 7.892/2013*).

**6.25.** A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro reserva será efetuada quando da convocação para assinatura da ata de registro de preços do fornecedor mais bem classificado ou quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (§ 3º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013)

**6.26.** As **ME/EPPs** que optaram pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, se vencedoras, deverão enviar **a documentação comprobatória** do enquadramento refletido no Sistema;

**6.27.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**6.27.1.** Persistindo a desconexão do pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**6.28.** A **aceitação será para o lote**, não sendo possível aceitar parte dos itens, o mesmo ocorrendo nas fases de habilitação, adjudicação e homologação, para os **lotes de 1 a 6**;

**6.28.1** A aceitação para os itens **132 e 133** será realizado POR ITEM;

**6.29.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório,

responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (*art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005*);

**6.30.** Para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta escrita resultante da negociação, se for o caso, decidindo por sua aceitação ou recusa, relativamente ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante;

**7.2.** O licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar **em até 48 (quarenta e oito) horas**, a contar do término da etapa de lances:a

**a)** proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, conforme **anexo II, juntamente com o que se exige no subitem 7.2.2;**

**b)** documentação de habilitação indicada no **subitem 7.3;**

**c)** certidão simplificada da Junta Comercial comprobatória do seu enquadramento como **ME/EPP**, se for o caso;

**d)** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o Decreto nº 7.767/2012, deverão apresentar para **todos os itens:**

**d.1.)** Para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Processo Produtivo Básico**, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei n.º 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei n.º 288, de 1967.

**d.2)** Para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Regra de Origem**, formulário de declaração de cumprimento da regra de origem, conforme modelo publicado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**7.2.1.** Os originais da proposta escrita e da documentação de habilitação deverão ser entregues ou encaminhados à Unidade de Licitação do Hospital das Clínicas, Avenida Professor Moraes Rego, s/n, Várzea, Recife, PE, CEP 50740-900, telefone: 81.2126.3939;

**7.2.2.** À proposta escrita deverão ser anexados, para o item cotado, sob pena de não aceitação:

**a)** Registro do Produto na Anvisa através da publicação no Diário Oficial da União com a informação referente à validade (dia/mês/ano) ou a Notificação Simplificada também emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

**a.1)** Os Registros ou Notificações Simplificadas devem ser apresentados de forma legível e identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar o julgamento;

**a.2)** Estando o registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no § 6º do artigo 12 da Lei nº. 6.360/76, de 23 de setembro de 1976;

**a.3)** A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado;

**a.4)** Ficará a cargo do proponente, provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

**7.2.3.** O licitante deve na proposta escrita indicar os dados bancários (nome e número do banco, nome e número da agência, número da conta corrente, praça de pagamento) da empresa visando à efetivação do pagamento e os dados do representante legal (nacionalidade, estado civil, profissão e/ou função que ocupa na empresa, endereço residencial, RG e CPF) que firmará a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, acompanhado de cópia do RG e CPF;

**7.2.4.** Não serão aceitas propostas escritas que não atendam às exigências do presente Edital e de seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

**7.3** A licitante detentora da melhor oferta, caso não seja cadastrada no SICAF, deverá enviar, no prazo indicado no **subitem 7.2** deste Edital, a seguinte documentação de habilitação, observado o disposto no **subitem 7.4**:

a) **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a.1)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;  
**a.2)** Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes.

b) **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- b.1)** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses data do envio virtual da proposta, com índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1(um); quando qualquer dos índices (LG, SG e/ou LC) tiver resultado igual ou menor do que 1 (um) comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da lei nº 8.666/93; Inexigível de ME ou EPP quando se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5/9/2007;  
**b.2) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial**, conforme o caso, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante ou do seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta.

c) **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- c.1)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;  
**c.2)** Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos, Seguridade Social e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, probatórias de regularidade perante à Fazenda Nacional;  
**c.3)** Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;  
**c.4)** Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;  
**c.5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011, probatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

d) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- d.1) Autorização de Funcionamento de Empresa no Ministério da Saúde - AFE**, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, da sede do licitante;  
**d.2) Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento - LF ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

**7.4.** Para o licitante cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF, dispensa-se a apresentação da documentação exigida somente nas letras “a”, “b.1” e “c” (**c.1 a c.4**) do **subitem 7.3**, ressalvado o disposto no **subitem 7.4.1**, devendo ser apresentada a documentação relativa às letras “b.2”, “c.5” e “d” acima, necessariamente;

**7.4.1.** O licitante credenciado e habilitado parcialmente no SICAF com documentação irregular e/ou vencida perante o Sistema deve apresentar a documentação respectiva;

**7.4.2.** Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitação de documentos ou formulários obtidos via internet em substituição aos documentos exigidos nos **subitens 7.2.2 e 7.3 “b.2” e “d”**;

**7.4.3.** Licitante cadastrado, mas com habilitação parcial inexistente no SICAF, deve apresentar a documentação necessária à habilitação parcial (letras “b.1”, “b.2” e “c.3”).

**7.5.** Para fins de habilitação, a verificação pela UFPE nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (art. 25, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.6.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração



de uma proposta que atenda ao edital;

**7.7.** No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

**7.8.** Não serão considerados os documentos por cópia não autenticada e ilegível e os não solicitados;

**7.9.** As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por qualquer servidor da Unidade de Licitação do Hospital das Clínicas, mediante a apresentação dos originais;

**7.10.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento do licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital (art. 21, § 3º, do decreto nº 5.450/2005);

**7.11.** O licitante qualificado como **ME ou EPP com restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal**, tão logo declarado vencedor do certame, disporá de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **8. AMOSTRAS**

**8.1.** O HC/UFPE se reserva o direito, caso necessário, de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica da embalagem de apresentação ou da qualidade dos produtos ofertados.

**8.1.1.** As amostras deverão ser apresentadas nas embalagem originais e individuais contendo a data e o número do lote de fabricação, o prazo de validade para o uso dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente, quando for o caso.

**8.1.2.** As amostras deverão vir acompanhadas das bulas originais que contenham a descrição detalhada em português dos produtos ofertados.

**8.1.3.** A quantidade das amostras, dos catálogos, dos prospectos, dos laudos analíticos e laboratoriais e das bulas, deverá ser de no mínimo uma unidade por item. Caso o material, por suas características, exijam número maior de amostras para a realização dos testes, o fornecedor será comunicado.

**8.1.4.** O HC/UFPE poderá solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais de qualquer item ofertado, para aferir se os bens propostos atendem as especificações contidas no edital e seus anexos.

**8.1.5.** As amostras, quando solicitadas, serão em caráter de doação.

**8.2.** Em caso de solicitação por parte do Hospital das Clínicas, a empresa deverá fornecer amostras dos produtos, sem ônus para a administração pública, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da data da solicitação.

**8.2.1.** Este prazo poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, acompanhada do código de rastreamento e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.2.2.** A solicitação deverá ser encaminhada para o e-mail [pregoeiros.hc@gmail.com](mailto:pregoeiros.hc@gmail.com) e conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- Nome da empresa;
- CNPJ;
- Itens postados;
- Telefone para contato;

- Número do Pregão; e
- Data da postagem.

**8.3.** As amostras deverão ser encaminhadas à Unidade de Abastecimento do Hospital das Clínicas da UFPE, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Av. Professor Moraes Rego s/n, Várzea, Recife, PE – CEP: 50.740-900. Caso seja necessário, o setor para recebimento das amostras poderá ser alterado por solicitação do Pregoeiro.

**8.3.1.** Quando as amostras não forem entregues pessoalmente no endereço citado no subitem **8.3**, o licitante deverá enviar para o endereço de e-mail: [cafhcpe@gmail.com](mailto:cafhcpe@gmail.com) e/ou [pregoeiros.hc@gmail.com](mailto:pregoeiros.hc@gmail.com), imediatamente após a postagem, código de rastreamento referente ao envio/postagem da citada amostra.

**8.4.** As licitantes que não apresentarem as amostras nos prazos e procedimentos estabelecidos serão desclassificadas e poderão sofrer as devidas sanções administrativas.

**8.5.** Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras, serão arquivados no HC da UFPE e poderão subsidiar avaliações dos produtos em processos licitatórios futuros, compondo o cadastro de produtos, num prazo de 01(um) ano.

**8.6.** Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do material, estes poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item.

**8.7.** Da mesma forma, os relatos por notificações de queixa técnica produzido pelo Hospital poderá subsidiar a desclassificação do item.

## **9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**9.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (*art. 26 do Decreto nº 5.450/2005*);

**9.1.1.** Só serão aceitos recursos e contrarrazões encaminhados via COMPRASNET;

**9.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (*art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**9.3.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (*art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**9.4.** Da decisão que reconhecer a qualidade de ME ou EPP aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, caberá recurso;

**9.5.** Os autos do processo, caso não estejam em tramitação, permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na *Unidade de Licitação do Hospital das Clínicas da UFPE, Campus Universitário, Recife, PE, telefone: 0xx81.2126.3939*.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** A adjudicação será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recursos, caso contrário, pelo Magnífico Reitor, a quem caberá também a homologação do certame;

**10.2.** Homologado o procedimento licitatório, a licitante adjudicatária será notificada, por escrito, para:

**a)** apresentar a documentação de identificação (CPF e RG) do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços; caso não tenha incluído junto à proposta escrita;

**b)** assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no **subitem 11.1**.

## **11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** O adjudicatário será convocado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços (**anexo III**), oportunidade em que se exigirá a comprovação das condições de habilitação

consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas durante o período de cumprimento das obrigações pactuadas;

**11.1.1.** O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE;

**11.2.** Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser convocado outro licitante do cadastro de reserva, caso não haja cadastro de reserva será convocado o licitante remanescente para negociar, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais (*art. 27, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**11.3.** A UFPE providenciará previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem ônus para o licitante vencedor do certame, quando for o caso, o seu cadastramento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após reexame da documentação apresentada nos termos do **subitem 7.3** (*letras “a”, “b” e “c”*), devidamente atualizada.

**11.4.** O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, após cumpridos os requisitos de sua publicidade, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e arts. 12 e 14, do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013.

**11.5.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da UFPE, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**11.6.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com a UFPE.

**11.7.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos neste edital e registrados na ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (*art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013*).

**11.8.** O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (*art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013*).

## **12. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA**

**12.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **anexo III** deste edital.

## **13. OBRIGAÇÕES DA UFPE**

**13.1.** Constam da minuta da Ata de Registro de Preços, **anexo III** deste edital.

## **14. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

**14.2.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências à UFPE (*art. 22, § 7º, do Decreto nº*

7.892/2013).

**14.3.** Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do contrato e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

**I** – Advertência;

**II** – Multa na forma estabelecida no **subitem 14.4**;

**III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **2 (dois)** anos;

**IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.3.1.** As penalidades previstas nos *incisos I, III e IV* do **subitem 14.3** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no *inciso II* do mesmo subitem, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

**14.4.** Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por:

**I** – Atraso na entrega: 0,2% (dois décimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor global da proposta;

**II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta;

**III** – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta.

**14.5.** No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do *art. 86* e § 1º do *art. 87* da *Lei nº 8.666/93*, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês;

**14.6.** Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa.

**14.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo único, do Decreto nº 5.450/2005*);

## **15. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**15.1.** À UFPE cabe o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no *artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005*;

**15.1.1.** A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata e não ensejará direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé (*art. 29, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.2.** A sessão pública deste Pregão poderá ser suspensa a qualquer momento a critério do Pregoeiro por motivo a ser registrado no Sistema eletrônico;

**15.2.1.** No caso de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro informará o dia e o horário em que reabrirá a sessão visando o prosseguimento das etapas subsequentes. O não comparecimento do licitante às sessões virtuais subsequentes não ensejará reclamações, não obstará o prosseguimento dos trabalhos do Pregoeiro, nem repercutirá sobre as decisões que este proferir;

**15.2.2.** Caso não seja possível reabrir a sessão pública no dia e horário estabelecidos por impossibilidade de acesso à Internet e/ou ao sítio Comprasnet, o Pregoeiro lançará aviso no referido sítio informando novos dia e horário para reabertura;

**15.3.** No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro;

**15.4.** A dotação orçamentária será indicada previamente à emissão da Nota de Empenho (§ 2º do *art. 7º*

do Decreto 7.892 de 23/01/2013).

**15.5.** Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital, cabendo ao pregoeiro examinar e decidir no prazo de 24 horas (*art. 18 do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.5.1.** A impugnação com identificação deste pregão e respectivo processo administrativo, poderá ser enviada ao Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, no endereço indicado no **subitem 14.6** deste edital;

**15.5.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (*art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.6.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no seguinte endereço: **pregoeiros.hc@gmail.com**, com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo (*art. 19 do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.7.** Os avisos e respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) no link acesso livre > pregões > agendados ou no menu principal, no link: visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso;

**15.8.** Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: publicações > manuais > pregão > pregão eletrônico – fornecedor; ou pelo telefone **0800.9782329** ou e-mail: [comprasnet@planejamento.gov.br](mailto:comprasnet@planejamento.gov.br) ou utilizando-se o SIMULADOR disponível no [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) > TUTORIAL INFORMATIVO PREGÃO ELETRÔNICO FORNECEDOR;

**15.9.** As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (*art. 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

**15.10.** Cabe ao Pregoeiro decidir as questões resultantes dos procedimentos da licitação, competindo-lhe inclusive a interpretação deste Edital;

**15.11.** Disponibilização do Edital: <https://www.comprasnet.gov.br/>;

**15.12.** Os interessados podem acompanhar a tramitação do processo referente à presente licitação no sítio [www.ufpe.br](http://www.ufpe.br) - opção LINKS RÁPIDOS – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;

**15.13.** As publicações referentes aos eventos licitatórios podem ser obtidas nos *sítios* <http://www.in.gov.br/> (Imprensa Nacional, D.O.U., seção 3);

**15.14.** Integram este instrumento: **Anexo I** – Especificações e quantitativos; **Anexo II** – Modelo da proposta; **Anexo III** – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Recife, 05 de março de 2015.

**Frederico Jorge Ribeiro**  
**Diretor Superintendente**  
**Siape 1134801**

## ANEXO I

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015

## Especificações e Quantitativos do Objeto

LOTE 01 – GRUPO DE COLUNA			
Item	Material/especificação	Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento	Demanda Global Estimada
1	Sistema de guias e injeção de material de próprio vertebroplastia.	Unidade	10
2	Halo Craniano.	Unidade	10
3	Fio maleável de cerclagem, de titânio, p/ coluna, metafise e diafise.	Unidade	20
4	Placas cervicais associadas a parafusos para fixação em estruturas posteriores; de titânio.	Unidade	15
5	Placas cervicais associadas a parafusos intra-somáticos; de titânio.	Unidade	15
6	Haste para associação com parafusos e/ou ganchos.	Unidade	50
7	Sistema de fixação occípito-cervical associado a parafusos, ganchos e fios de cerclagem.	Unidade	15
8	Porcas de titânio para cirurgia de coluna.	Unidade	100
9	Sistema para fixação transversal; de titânio.	Unidade	12
10	Dispositivo intersomático de manutenção de espaço intervertebral carregador de enxerto ósseo.	Unidade	12
11	Gancho pedicular.	Unidade	45
12	Sistema para fixação de parafusos as hastes de titânio.	Unidade	240
13	Parafuso de titânio associável à placa cervical.	Unidade	96
14	Parafuso de titânio associável à haste tipo pedicular mono-axial.	Unidade	80
15	Parafusos associáveis a hastes; tipo pediculares; poliaxiais; de titânio	Unidade	160
16	Parafuso canulado de titânio auto-roscante para fixação de odontóide.	Unidade	5
17	Parafuso de titânio associável à placa toracolombossacra	Unidade	40
18	Placa toracolombossacra associável a parafusos intra-somáticos de titânio	Unidade	10
19	Conector-barra junção cervicotorácico	Unidade	10
20	Placa occiptocervical	Unidade	5

<b>LOTE 02 – GRUPO DE JOELHO</b>			
<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
21	Componente tibial primário metálico cimentado ou fixação biológica.	Unidade	100
22	Componente tibial primário polietileno.	Unidade	100
23	Componente femoral primário cimentado/fixação biológica.	Unidade	80
24	Componente patelar cimentado ou fixação biológica.	Unidade	80
25	Componente tibial revisão metálico cimentado ou fixação biológica em cunha.	Unidade	10
26	Componente tibial de revisão polietileno.	Unidade	10
27	Componente femoral de revisão cimentado ou fixação biológica.	Unidade	10
28	Componente de aumento tibial para revisão de prótese total de joelho.	Unidade	10
29	Componente de aumento femoral para revisão de prótese total de joelho.	Unidade	10
30	Haste femoral para revisão de prótese total de joelho.	Unidade	10
31	Haste tibial para revisão de prótese total de joelho.	Unidade	10
32	Arruela denteada.	Unidade	15
33	Grampo.	Unidade	35
34	Fixador externo híbrido.	Unidade	5
35	Placa calco (inclui parafusos).	Unidade	20
36	Parafuso de interferência em titânio	Unidade	50

<b>LOTE 03 – GRUPO ORTOPEDIA GERAL</b>			
<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
37	Fio tipo Steinman rosqueado.	Unidade	15
38	Fio olivado para fixador externo.	Unidade	15
39	Placa de compressão dinâmica 4,5 mm larga inclui parafusos.	Unidade	100
40	Placa de compressão dinâmica 4,5 mm estreita inclui parafusos.	Unidade	100
41	Placa de reconstrução de bacia 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	10
42	Placa em T 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	10

43	Placa de suporte de Plateu tibial 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	15
44	Placa em L 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	10
45	Placa cobra 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	10
46	Placa angulada 4,5 mm inclui parafusos.	Unidade	40
47	Placa de compressão dinâmica 3,5 mm inclui parafusos.	Unidade	120
48	Placa de compressão de bacia 3,5 mm inclui parafusos.	Unidade	10
49	Placa em T 3,5 mm inclui parafusos.	Unidade	25
50	Placa em L 3,5 mm inclui parafusos.	Unidade	15
51	Placa 1/3 tubular 3,5 mm inclui parafusos.	Unidade	80
52	Placa/Parafuso deslizante de 95 graus (inclui parafusos).	Unidade	20
53	Placa para calcâneo.	Unidade	10
54	Placa/Parafuso deslizante de 135 ou 150 graus.	Unidade	60
55	Haste intramedular bloqueada de Fêmur (inclui parafusos)	Unidade	20
56	Haste intramedular bloqueada de tibia (inclui parafusos).	Unidade	25
57	Haste femoral curta com bloqueio cefálico (inclui parafusos).	Unidade	15
58	Haste femoral longa com bloqueio cefálico (inclui parafusos).	Unidade	15
59	Haste intramedular flexível para uso infantil.	Unidade	30
60	Haste intramedular tíbio-társica.	Unidade	4
61	Arruela lisa.	Unidade	48
62	Parafuso cortical 4,5 mm.	Unidade	45
63	Parafuso cortical 3,5 mm.	Unidade	45
64	Parafuso esponjoso 6,5 mm.	Unidade	100
65	Parafuso esponjoso 4,0 mm.	Unidade	100
66	Parafuso canulado 7,0 mm.	Unidade	45
67	Parafuso canulado 4,5 mm.	Unidade	15
68	Fixador externo circular ou semi-circular.	Unidade	10
69	Fixador externo linear.	Unidade	50
70	Fixador externo para punho.	Unidade	15
71	Fixador externo c/ sistema de alongamento monofocal.	Unidade	10
72	Pino de Shanz.	Unidade	15
73	Fixador externo tipo plataforma para alongamento ósseo	Unidade	10
74	Haste intramedular de úmero	Unidade	10
75	Haste intramedular retrógrado	Unidade	10



76	Parafuso maleolar	Unidade	20
77	Placa 1/3 tubular 4,5	Unidade	30
78	Placa condílea	Unidade	20
79	Placa em trevo 3,5	Unidade	20
80	Placa em trevo 4,5	Unidade	20
81	Placa semi-tubular 4,5	Unidade	20

**LOTE 04 – GRUPO DE QUADRIL**

<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
82	Prótese parcial de quadril cimentada monobloco tipo Thompson.	Unidade	5
83	Componente cefálico/ Polietileno/ metal para hemiartroplastia bipolar ou componente cefálico para hemiartroplastia monopolar.	Unidade	20
84	Componente femoral cimentado modular primário.	Unidade	50
85	Componente acetabular de polietileno cimentado primário ou revisão.	Unidade	50
86	Componente cefálico para artroplastia total do quadril.	Unidade	50
87	Componente femoral modular de revisão cimentada para enxerto impactado.	Unidade	10
88	Tela de reconstrução acetabular.	Unidade	10
89	Tela de reconstrução femoral.	Unidade	10
90	Dispositivo anti-protusão com orifícios para parafusos.	Unidade	5
91	Centralizador para componente femoral cimentado modular.	Unidade	50
92	Restritor de cimento femoral.	Unidade	50
93	Componente acetabular de polietileno p/ componente metálico primário / de revisão de fixação biológica.	Unidade	80
94	Componente femoral modular de revisão não cimentada p/ revestimento total.	Unidade	30
95	Componente acetabular metálico de fixação biológica primária / revisão.	Unidade	30
96	Componente femoral não cimentado modular primário	Unidade	40
97	Parafuso para componente acetabular	Unidade	160

<b>LOTE 05 – GRUPO DE TUMOR</b>			
<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
98	Prótese não convencional articulada membro inferior distal.	Unidade	20
99	Prótese não convencional articulada membro inferior proximal.	Unidade	25
100	Prótese não convencional articulada membro superior distal.	Unidade	5
101	Prótese não convencional articulada membro superior proximal.	Unidade	15
102	Prótese não convencional bi-articulada total.	Unidade	5
103	Prótese não convencional diafisária.	Unidade	15
104	Prótese não convencional extensível	Unidade	10

<b>LOTE 06 – GRUPO DE OMBRO E MÃO</b>			
<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
105	Componente Umeral Cimentado ou Fixação Biológica.	Unidade	9
106	Componente Glenoidal.	Unidade	9
107	Componente Cefálico.	Unidade	9
108	Prótese Metacarpo-falangeana.	Unidade	8
109	Prótese interfalangeana.	Unidade	5
110	Prótese de Cabeça de Rádio.	Unidade	20
111	Prótese total de cotovelo (componente umeral cimentado) + (componente ulna).	Unidade	3
112	Ancora.	Unidade	45
113	Placa em T 2,7 mm inclui parafusos.	Unidade	20
114	Placa em L 2,7 mm inclui parafusos.	Unidade	20
115	Parafuso canulado 3,5 mm.	Unidade	20
116	Mini parafuso de auto compressão.	Unidade	20
117	Parafuso canulado mini.	Unidade	20
118	Parafuso cortical 1,5 mm.	Unidade	20
119	Parafuso cortical 2,0 mm.	Unidade	20
120	Parafuso cortical 2,7 mm.	Unidade	20
121	Mini fixador externo.	Unidade	5
122	Placa em T 1,2	Unidade	10

123	Placa semi-tubular 2,7	Unidade	30
124	Placa semi-tubular 3,5	Unidade	30
125	Placa em L 1,5	Unidade	30
126	Placa em T 2,0	Unidade	30
127	Placa de ângulo fixo	Unidade	30
128	Parafuso bloqueado	Unidade	60
129	Placa de compressão dinâmica 2,0	Unidade	20
130	Espaçador de tendão	Unidade	40
131	Placa de titânio minimicro fragmentos	Unidade	20

**GRUPO DE CIMENTO COM ANTIBIÓTICO**

<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
132	Cimento com antibiótico.	Unidade	300

**GRUPO DE CIMENTO SEM ANTIBIÓTICO**

<b>Item</b>	<b>Material/especificação</b>	<b>Forma de Apresentação/ Unidade de Fornecimento</b>	<b>Demanda Global Estimada</b>
133	Cimento sem antibiótico.	Unidade	250

## ANEXO II

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015

## MODELO DA PROPOSTA

**Objeto:** Aquisição de **Órteses e Próteses** para o Hospital das Clínicas da UFPE, compreendendo os seguintes itens:

## LOTE ...

Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Forma de Apresentação	Quant. Global

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (somatório dos valores globais)

R\$ ( reais)

**VALIDADE DA PROPOSTA:** ....(..) dias corridos a partir da abertura deste Pregão (v. subitem 1.2 do edital).

**PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:** A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho, Contrato ou similar no Almoxarifado do Hospital das Clínicas.

**DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor do produto; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** fretes; **4)** seguros; **5)** os encargos sociais e trabalhistas incidentes; e **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

Estamos cientes de que os materiais devem apresentar, em suas embalagens originais, secundárias e/ou primárias, identificação completa, data de fabricação, lote, nº do Registro no Ministério da Saúde, procedência e descrição em idioma português, devendo sua validade ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do recebimento pelo Hospital das Clínicas de Pernambuco.

**ANEXO PARA CADA ITEM COTADO:** a) Registro do Produto na Anvisa através da publicação no Diário Oficial da União com a informação referente à validade (dia/mês/ano) ou a Notificação Simplificada também emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

**Observação:** As empresas que fizeram a opção pela aplicação da margem de preferência de acordo com o Decreto nº 7.767/2012, deverão apresentar para o todos os itens:

a) Para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Processo Produtivo Básico**, cópia da portaria interministerial que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei n.º 8.248, de 1991, ou cópia da Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto Lei n.º 288, de 1967.

b) Para os produtos manufaturados nacionais, **conforme Regra de Origem**, formulário de declaração de cumprimento da regra de origem, conforme modelo publicado em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

E-MAIL:

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), ..... de ..... de 2015.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, assinatura)

## ANEXO III

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2015

Minuta da Ata de Registro de Preço n.º ...../2015

## (UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

A Universidade Federal de Pernambuco, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada pelo Diretor Superintendente do Hospital das Clínicas, Dr. Frederico Jorge Ribeiro, RG nº 2075076 SSP/PE, CPF nº 428.029.114-49, residente nesta cidade, mediante delegação conferida na Portaria nº 4.286 de 10 de setembro de 2013, doravante denominada UFPE, e de outro lado a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede à ....., Conta nº ....., Banco ....., Ag. ....., adjudicatária do(s) item(ns) abaixo indicado(s) no **Pregão Eletrônico nº 046/2015 – Processo nº 23076.059941/2014-85**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., CPF nº ....., CI nº ....., residente à ....., doravante denominada FORNECEDORA, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, 21 de junho de 1993, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes: **OBJETO** – Aquisição de **Órteses e Próteses** para o Hospital das Clínicas da UFPE, quais sejam:

## LOTE ...

Item	Especificação	Marca/ Fabricante	Forma de Apresentação	Quant. Global	R\$ Unitário	R\$ Global do item

<b>Preço global da proposta (soma dos preços globais por item) R\$</b>	
--	--

**UTILIZAÇÃO DESTA ATA POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES** – As adesões à ata de registro de preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos neste edital e registrados na ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013). O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013). **PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – prazo de 12 (doze) meses, improrrogáveis, após cumpridos os requisitos de publicidade desta Ata, ocorrido em .../.../.../. **CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** – A UFPE não se obriga a firmar contratações que poderão advir desta Ata, ressalvada à FORNECEDORA a preferência em igualdade de condições, na hipótese de a UFPE utilizar-se de outros meios para contratação. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa, a qual deverá ser retirada pela FORNECEDORA no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação feita pela Coordenação de Materiais do Hospital das Clínicas. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** – O pagamento variável, a depender do efetivo fornecimento, será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, regularmente atestada pelo Chefe do Almoxarifado do HC/UFPE, e após verificação pelo Departamento de Contabilidade e Finanças-DCF da regularidade da empresa perante a Seguridade Social e o FGTS (mediante consulta *on line* ao SICAF); A fatura que for apresentada com erro será devolvida à FORNECEDORA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. A empresa optante do SIMPLES deverá apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura declaração nos moldes do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº1.234/2012. **ALTERAÇÃO DA ATA** - Esta Ata poderá sofrer alterações, desde que não resultem acréscimos nos quantitativos dos seus itens, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013. **REVISÃO DE PREÇOS** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFPE promover a necessária negociação junto à FORNECEDORA. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado a UFPE deverá: convocar a FORNECEDORA visando à negociação para redução de preços e sua

adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, a FORNECEDORA será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a FORNECEDORA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a UFPE poderá liberar a FORNECEDORA do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento; e convocar as demais FORNECEDORAS visando igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, a UFPE poderá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA** – Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras condições desta Ata, obriga-se ainda, a FORNECEDORA: **1)** Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e quantitativos expressos na Nota de Empenho, dentro de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento do referido documento, o que poderá ocorrer diretamente, via fax ou via e-mail; **2)** A entrega deverá ser feita no Almoxarifado do Hospital das Clínicas da UFPE, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Av. Professor Moraes Rego s/n, Várzea, Recife, PE, CEP: 50740-900; **3)** Indicar na Nota Fiscal / Fatura o número do lote correspondente ao produto entregue, anexando à mesma o Laudo Técnico de Controle de Qualidade referente ao lote indicado; **4)** Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta Ata de Registro de Preços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a gerência efetuada pelo HC/UFPE; **5)** Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais necessários à completa execução das obrigações constantes nesta Ata; **6)** Deliberar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão por órgão não participante, observadas as condições estabelecidas na ata de registro de preços, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a UFPE; **7)** Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; **8)** Ceder à UFPE um Kit/Conjunto de equipamentos cirúrgicos composto de instrumentais correspondentes ao procedimento a ser realizado, em recipiente transportável adequado; **9)** Em relação ao GRUPO I referente ao Grupo de Coluna: A Placa Cervical Associada a Parafusos intrassomáticos, de titâneo (Placa Cervical Anterior) deve ter mecanismo de bloqueio dos parafusos para que os mesmos tenham ângulo fixo. Os parafusos pediculares devem apresentar instrumental compatível que permita translação da haste em direção ao parafuso em sentido axial e látero lateral, sendo assim apropriado para correção de deformidades como escoliose. Deve haver parafusos de redução de todos os tamanhos e diâmetros também disponíveis para os parafusos poli e mono axiais convencionais. A empresa ganhadora deve disponibilizar afastador autoestático, apropriado para cirurgia de coluna via anterior, quando solicitado pelo médico assistente do paciente que será operado. Devem ser fornecidos parafusos de ilíaco adulto e pediátricos com diâmetros de 5,5 a 7,0mm e comprimentos de até 80cm. Os parafusos de fixação cervical posterior devem ser conectados a hastes e devem haver conectores cervicotorácicos e ilolombares que permitam fixação de uma montagem única occipto cervico toraco lombossacra ilíaco. Os parafusos para fixação cervical posterior devem ser específico para esse fim e diferentes dos demais parafusos pediculares com hastes menores, ganchos menores e parafusos menores em diâmetro e comprimento. Os cages devem ser torácicos cervical e lombares em tamanhos e diâmetros diversos compatíveis com cada região. **Nesse Grupo, devem ser fornecidos implantes específicos para pacientes pediátricos com perfil menor, hastes, ganchos, crosslinks e conectores também menores com parafusos pediculares com diâmetros de 3,5 a 5,5mm, diferentes dos implantes destinados às cirurgias de pacientes adultos, ou seja, todos os implantes e instrumentais adultos devem ter seu correspondente pediátrico. Ainda referente a esse Grupo a Empresa ganhadora deve fornecer perfurador ósseo do tipo “Drill”, próprio para cirurgia de coluna, acompanhado de fresas afiadas de tamanhos variados (1,50 a 5 mm de diâmetro) e adequadas para o mesmo fim; 10)** Em relação aos demais Grupos: a empresa deve trazer, além dos implantes solicitados pelo médico responsável pelo procedimento cirúrgico a ser realizado, equipamentos como: Serra de Osso (Pneumática ou Elétrica) e Perfurador Ósseo Canulado (Pneumático ou Elétrico), devidamente cadastrados e liberados pela ANVISA para uso em Cirurgias Ortopédicas, em perfeitas condições de uso. Esses equipamentos devem ser acompanhados de todos os itens necessários para seu funcionamento excetuando-se o Cilindro de Nitrogênio, caso seja Pneumático. Para as cirurgias de mão e sempre que solicitado pelo médico assistente, devem-se fornecer perfuradores e serras apropriados para cirurgia de mão. As serras devem vir acompanhadas de lâminas cortantes e em tamanho apropriado para cada tipo de procedimento, tamanho esse a ser definido pelo médico assistente. As lâminas devem estar em perfeitas condições de uso, ou seja, afiadas e não rombas; **11)** A Empresa ganhadora deverá disponibilizar Moldador de Mesa para Placa de Grandes Fragmentos (4,5mm) quando da utilização desse implante e sempre que solicitado pelo

cirurgião; **12)** Todos os implantes devem possuir número de série e etiquetas, contendo esses números, para serem anexadas aos prontuários dos pacientes, permitindo seu rastreamento conforme normas da ANVISA; **13)** Para todas as cirurgias a empresa ganhadora deve trazer instrumental básico específico para cada procedimento; **14)** As caixas que contêm os implantes devem ser apropriadas para serem esterilizadas em autoclave. **OBRIGAÇÕES DA UFPE** – A UFPE obriga-se a: **1)** Exercer o acompanhamento, gerenciamento e a fiscalização da ata, de modo a garantir o fiel cumprimento da mesma, do instrumento convocatório da licitação e da proposta; **2)** Realizar periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade do preço registrado; **3)** Receber o material promovendo a sua conferência, aceitação e atesto no documento fiscal correspondente; **4)** Efetuar o pagamento devido no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, abatidas as multas, se houver; **5)** Providenciar a publicação resumida da Ata e seus aditamentos, por extrato, no Diário Oficial da União, quando for o caso; **6)** Manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual estará vinculado, toda a documentação a ele referente; **7)** Destinar Local para armazenamento e conservação dos produtos, até o efetivo uso dos mesmos; **GERENCIAMENTO DA ATA** – O gerenciamento compreende o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata e será exercido pelo Hospital das Clínicas, através do Servidor **Saulo Monteiro dos Santos** – Chefe do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do HC/UFPE, **HC/UFPE - SIAPE nº 585716.** **DO RECEBIMENTO DO OBJETO** – **1)** A entrega do(s) produto(s) deverá ser efetuada na Unidade de Almoxarifado do Hospital das Clínicas da UFPE, nos dias úteis, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Av. Professor Moraes Rego s/n, Várzea, Recife, PE – CEP: 50.740-900; **2)** Na entrega será efetuada a conferência dos produtos, para verificação da conformidade destes com o constante na Nota de Empenho e nas exigências contratuais; **3)** A entrega do(s) produto(s) deverá ser efetuada em até 15 (quinze) dias corridos, a partir do recebimento da Nota de Empenho, e/ou Contrato, ou documento equivalente; **4)** A entrega dos produtos fora das especificações indicadas na Ata de Registro de Preços ou em desconformidade com a Nota de Empenho implicará na não aceitação por parte da UFPE, cabendo à FORNECEDORA a correção do problema dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem que para isso acarrete despesa adicional à UFPE; **5)** Mesmo após serem recebidos e aceitos pela UFPE, os produtos ficam sujeitos à substituição pela FORNECEDORA, desde que comprovada a existência de problemas cuja verificação só seja possível no decorrer da utilização dos mesmos; **6)** Será considerada recusa formal da FORNECEDORA a não entrega dos produtos no prazo e local estabelecidos nesta ATA, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, assim reconhecido pela UFPE. O recebimento não exclui a responsabilidade civil da FORNECEDORA pela perfeita execução desta Ata; **7)** Os produtos devem apresentar, em suas embalagens originais, secundárias e/ou primárias, identificação completa, data de fabricação, lote, número do Registro no Ministério da Saúde, procedência e descrição em idioma português, devendo sua validade ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, a partir do recebimento pelo Hospital das Clínicas; **8)** O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender as especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA. **CANCELAMENTO DE REGISTRO** – A FORNECEDORA terá seu registro cancelado pela UFPE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos: **a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; **b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação efetivada pela Coordenação de Materiais do Hospital das Clínicas, sem justificativa aceitável; **c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; **d)** sofrer sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor (art. 21 do Decreto nº 7.892/2013). **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – A dotação orçamentária será indicada previamente à emissão da Nota de Empenho (§ 2º do art. 7º do Decreto 7.892 de 23/01/2013). As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual do exercício correspondente. **PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas nesta ata e das demais cominações legais (art. 28 do Decreto nº 5.450/2005); Compete ao **órgão não participante** os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar



as ocorrências à UFPE (art. 22, § 7º, do Decreto 7.892/2013). Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do contrato e o descumprimento de qualquer condição prevista no Edital, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades: **I – Advertência; II – Multa; III – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a 02 (dois) anos; IV – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.** As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos, por **I – Atraso** na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta; **II – Descumprimento** de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta; **III – Recusa** injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar e/ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês; As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005); Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa. **FORO** - O foro da Justiça Federal de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja. **DISPOSIÇÕES FINAIS** – À UFPE cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e nesta Ata. Se qualquer das partes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Integra esta Ata, o **Edital de Pregão Eletrônico nº 046/2015** e a proposta da FORNECEDORA para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição e de seus anexos. Compete à UFPE dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. Caso haja formação do cadastro de reserva, comporá esta ata de registro de preços a ata de realização da sessão pública do pregão, contendo as informações dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame (art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892/2013). E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 2 (duas) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Recife,..... de .....de 2015.

UFPE

FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome..... CPF.....

Nome..... CPF .....